

Esquerda quer nova votação

O presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), recebeu ontem um requerimento assinado por sete lideranças partidárias — PSDB, PDT, PT, PTB, PSB, PCB e PC do B — pedindo a anulação da votação, realizada na semana passada, que aprovou o Orçamento da União para 1989 em poucos minutos e na presença de, aproximadamente, 30 parlamentares. Antes de receber o requerimento, Lucena firmou que a sessão foi “normal” não existindo qualquer motivo para sua anulação. Mesmo assim, a Mesa do Congresso terá que responder formalmente o requerimento.

Além disso, o requerimento não pede a anulação de todo o processo de votação da sessão de sexta-feira. O objetivo das lideranças é invalidar a votação simbólica que rejeitou a emenda do deputado José Serra (PSDB-SP), que queria a supressão total das verbas destinadas à ferrovia Norte-Sul. Envolvidos pela manobra do PMDB e dos partidos conservadores, os “tucanos” assistiram à rejeição deste destaque em apenas 14 segundos, já que o vice-líder do PMDB, Genivaldo Correa (BA), impediu que Nilton Friedrich (PSDB-PR) se aproximasse a tempo do microfone para pedir a verificação de **quorum**. A estratégia do PMDB tinha esse objetivo, pois caso a verificação fosse solicitada seria realizada uma votação nominal que tornaria público o voto favorável do partido

em relação a uma obra muito questionada desde seu planejamento. A aprovação destas verbas deixa o partido em uma situação melhor junto ao presidente José Sarney e ameniza as contrariedades com o Planalto criadas pela redução das parcelas de pagamento das dívidas estaduais.

O requerimento critica a postura do presidente daquela sessão, senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), que mesmo sabendo “que as únicas matérias na Ordem do dia eram os substitutivo e o destaque” e que a votação havia sido antecipada pela desistência dos oradores inscritos, negou o requerimento de votação feito por Friedrich argumentando que aquele não era mais o momento para o pedido. No documento entregue a Lucena os partidos questionam essa postura, que em 14 segundos “o exercício de um direito regimental transformara-se em uma verdadeira competição de velocidade entre a voz do presidente que anunciou o resultado (no caso, comendo sílabas) e a capacidade do parlamentar apossar-se do microfone para anunciar o seu requerimento”.

Apesar das declarações feitas ontem à tarde antes do recebimento do requerimento, o senador Humberto Lucena terá que responder se acolhe ou não o pedido das sete lideranças, além de apresentar os motivos que sustentarão a decisão.